

Demonstrações Financeiras

Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de
2022.
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	19
6. ATIVO DE CONTRATO	20
7. ENCARGOS REGULATÓRIOS	22
8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	23
9. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	23
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	26
11. RECEITA	29
12. CUSTOS E DESPESAS	31
13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	32
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	33
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$36.857 mil, dividido em 36.857.080 (trinta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e oitenta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$ 7.651 mil em 2023 em comparação a R\$9.264 mil em 2022, e R\$8.185 mil em 2021. O resultado da Companhia é composto, principalmente, pela receita de operação e manutenção da linha de transmissão. A variação do resultado de 2023 se justifica pela diminuição da remuneração do ativo de contrato devido ao impacto do efeito da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo “IPCA” na revisão tarifária da Companhia. Já em 2022 o resultado foi maior em relação à 2021, em grande parte, devido ao aumento do resultado financeiro.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$21.517 mil em 2023 e, comparação a R\$14.455 mil em 2022 e R\$15.668 mil em 2021. O Aumento se deve à receita de construção de duas novas entradas de LT 138kv na Subestação de Sete Lagoas 4.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$ 3.326 mil em 2023, comparados à R\$2.117 mil em 2022 e R\$2.315 mil em 2021.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 10.928 mil em 2023, comparados à R\$1.460 mil em 2022 e R\$1.684 mil em 2021. O principal aumento nos custos e despesas se refere ao custo de implantação autorizado de construção de duas novas seções de LT 138kv na Subestação de Sete Lagoas 4.

Resultado financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2023 correspondeu a uma receita de R\$967 mil comparado à receita financeira líquida de R\$1.007 mil em 2022 e uma receita financeira líquida de R\$810 mil em 2021.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 3.905 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2022, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 4.738 mil e R\$4.761 mil em 2021.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2023	2022	2021	Var.% 2023/2022	Var.% 2022/2021
Lucro líquido	7.651	9.264	8.185	(17,41)	13,18
Despesa de IR e CS	3.905	4.738	4.761	(17,58)	(0,48)
Amortização	-	-	33	-	100,00
Resultado financeiro	(967)	(1.007)	(810)	(3,97)	24,32
LAJIDA	10.589	12.995	12.169	(18,51)	6,79

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$7.651 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$383 mil para constituição de reserva legal;
- R\$3.634 mil para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$3.634 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Sete Lagoas, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$3.634 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$3.634 mil mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos.

Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Companhia será realizada conforme a seguir:

Companhia	Lucro Líquido 2023	Reserva Legal (5%)	Distribuição do Resultado	
			Reserva Especial (ref. ao Div. Mín. Obrigatório)	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
Sete Lagoas	7.651	383	3.634	3.634

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$9.264, seja dada a seguinte destinação:

- R\$463 mil para constituição de reserva legal;
- R\$4.401 mil para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$4.400 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Sete Lagoas, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$4.400 mil para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$4.401 mil mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos.

Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Companhia será realizada conforme a seguir:

Companhia	Lucro Líquido 2022	Reserva Legal (5%)	Distribuição do Resultado	
			Reserva Especial (ref. ao Div. Mín. Obrigatório)	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
Sete Lagoas	9.264	463	4.401	4.400

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessas data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022	2021
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.845	879	155
Títulos e valores mobiliários	4	2.606	5.861	-
Concessionárias e permissionárias	5	741	871	853
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		107	142	-
Ativo contratual	6	8.701	8.371	7.492
Outros ativos		303	425	629
TOTAL DO CIRCULANTE		14.303	16.549	9.129
NÃO CIRCULANTE				
Títulos e valores mobiliários	15	-	22	707
Tributos Compensáveis		878	547	-
Tributos diferidos		-	-	1.606
Ativo contratual	6	104.219	89.654	82.856
Imobilizado		-	-	47
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		105.097	90.223	85.216
ATIVO TOTAL		119.400	106.772	94.345

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022	2021
CIRCULANTE				
Fornecedores		591	143	165
Impostos, taxas e contribuições	8	193	179	-
Encargos regulatórios	7	945	609	357
Dividendos a pagar	10	7.435	3.801	5.745
Convênio de compartilhamento	14	157	156	-
Impostos e contribuições sociais		-	-	139
Outras contas a pagar		14	14	177
TOTAL DO CIRCULANTE		9.335	4.902	6.583
NÃO CIRCULANTE				
Impostos, taxas e contribuições	8	10.445	8.867	8.067
Imposto de renda e contribuição social	9	23.053	20.477	17.601
Encargos regulatórios	7	24	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		33.522	29.344	25.668
TOTAL DO PASSIVO		42.857	34.246	32.251
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	10	36.857	36.857	36.857
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	13.792	13.792	6.792
Reserva de Lucros		25.894	21.877	18.445
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.543	72.526	62.094
PASSIVO TOTAL		119.400	106.772	94.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022	2021
RECEITA	11			
Remuneração do ativo contratual		10.711	15.331	16.132
Receita de Construção		12.674	-	-
Receita de O & M		1.458	1.241	1.334
Outras receitas		-	-	196
Deduções à receita operacional		(3.326)	(2.117)	(1.994)
		21.517	14.455	15.668
CUSTOS DE OPERAÇÃO	12	(10.398)	(1.110)	(1.684)
		(10.398)	(1.110)	(1.684)
LUCRO BRUTO		11.119	13.345	13.984
DESPESAS	12			
Despesas gerais e administrativas		(492)	(189)	(228)
Outras despesas gerais		(38)	(161)	-
		(530)	(350)	(228)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		10.589	12.995	13.756
Receitas financeiras	13	1.028	1.097	215
Despesas financeiras	13	(61)	(90)	(1.025)
		967	1.007	(810)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		11.556	14.002	12.946
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(1.329)	(310)	(847)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(2.576)	(4.428)	(3.914)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		7.651	9.264	8.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2023	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.651	9.264	8.185
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	7.651	9.264	8.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021**

(Em milhares de Reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	AFAC	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	36.857	-	800	11.404	-	49.061
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.792	-	-	-	6.792
Resultado do exercício	-	-	-	-	8.185	8.185
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	409	-	(409)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucos a realizar – Reversão	-	-	-	-	(1.944)	(1.944)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	5.832	(5.832)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	36.857	6.792	1.209	17.236	-	62.094
Adiantamento para futuro aumento de capital)	-	7.000	-	-	-	7.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	9.264	9.264
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	463	-	(463)	-
Dividendos obrigatórios (reserva especial)	-	-	-	4.401	(4.401)	-
Reserva de retenção de lucros - investimentos	-	-	-	4.400	(4.400)	-
Aprovação de dividendos	-	-	-	(5.832)	-	(5.832)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	36.857	13.792	1.672	20.205	-	72.526
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.651	7.651
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	383	-	(383)	-
Reserva de retenção de lucros - investimentos	-	-	-	3.634	(3.634)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.634)	(3.634)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	36.857	13.792	2.055	23.839	-	76.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	2023	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício	7.651	9.264	8.185
Ajustes por:			
Amortização do direito de uso	-	-	33
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 9)	3.905	4.738	4.717
PIS/Pasep e Cofins diferidos	-	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	-	-	1.046
Receita de construção	(12.674)	-	-
Remuneração do ativo contratual (Nota 6)	(10.711)	(15.331)	(7.334)
Juros e variações monetárias	(976)	(1.054)	-
	(12.805)	(2.383)	6.647
(Aumento) Redução de ativos			
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	130	(18)	(41)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(214)	(142)	-
Ativo contratual (Nota 6)	8.490	7.654	(2.348)
Tributos compensáveis	(331)	(547)	-
Outros ativos	122	204	228
	8.197	7.151	(2.161)
(Redução) Aumento de passivos			
Fornecedores	448	(22)	(152)
Tributos a recolher	14	179	-
Impostos, taxa e contribuições	1.578	800	-
Imposto de renda e contribuição social	-	97	(274)
Encargos regulatórios (Nota 7)	360	609	-
Convênio de compartilhamento (Nota 14)	1	156	-
Adiantamentos de clientes	-	-	(165)
Outras obrigações	-	(776)	423
	2.401	1.043	(168)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(2.207)	5.811	4.318
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(929)
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.080)	(236)	-
Juros recebidos	898	801	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.389)	6.376	3.389
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(6.259)	(23.294)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	9.614	18.371	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	38
Em imobilizado	-	47	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	3.355	(4.876)	38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	-	(7.776)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(15.288)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.000	6.792
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(776)	(8.496)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	966	724	(5.069)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	879	155	(5.224)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.845	879	155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Sete Lagoas”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de dezembro de 2010, estabelecida na Avenida Barbacena, n. 1.200, Subsolo 1, Sala12, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP30.190-924. A Companhia tem como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais reserva, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Em 11 de agosto de 2022, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS emitiu o parecer de acesso RELATÓRIO ONS DTA-2022-PA-0107-RO, autorizando duas novas conexões da Cemig Distribuição no setor de 138kV da SE Sete Lagoas 4, com a entrada em operação em maio de 2024.

Atualmente a Concessão da Companhia é constituída pela Subestação Sete Lagoas 4, que possui: 1 banco de transformadores monofásicos + reserva 345/138kV - 375MVA, 1 banco de capacitores em 138kV e 4 saídas de linha em 138kV para atendimento as cargas da Distribuidora.

A Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT, via contratos de compartilhamento de infraestrutura, de engenharia e de operação e manutenção regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Receita Anual Permitida

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.216/2023, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 9.234 mil, para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, R\$ 8.885 mil, para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 7.957 mil para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 14 de junho de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e do exercício de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Ativos de contrato (remensuração do ativo de contrato);
- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro); e;
- Nota 15 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 e 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos. A Companhia já havia contabilizado o imposto diferido sobre arrendamentos, resultando em um efeito semelhante ao das alterações propostas. Sendo assim, não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024

2.7. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022	2021
Contas bancárias	38	(109)	155
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	620	-	-
Overnight	1.187	988	-
Total	1.845	879	155

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDBs)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variou 80% em 31 de dezembro de 2023, conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente

As **operações de aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia entre 11,42% a.a a 11,65% a.a em 2023, entre 13,62% a.a. a 13,64% a.a em 2022 e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 15 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022	2021
Circulante			
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	249	644	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	1.633	5.217	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	724	-	-
	2.606	5.861	-
Não circulante			
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	-	707
Debêntures	-	22	-
	-	22	707
	2.606	5.883	707

Os **Certificados de Depósito Bancário** – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 103% a.a a 104,3% a.a do CDI em dezembro de 2023, 103,3% a.a a 104,4% a.a do CDI em dezembro de 2022, (107,24% a.a do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em dezembro de 2023, 103,3% a 110,26% em dezembro de 2022 e entre 105% a e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a.a a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a.a. a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 15. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total		
			2023	2022	2021
Concessionárias e permissionárias	741	-	741	871	853
Total	741	-	741	-	853
Circulante	741	-	741	871	853
Não circulante	-	-	-	-	-

Política contábil

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado.

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVO DE CONTRATO

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos contratuais a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela operação e manutenção das linhas de transmissão.

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

Saldo do ativo contratual em 31/12/2020	80.666
Remuneração do ativo contratual	7.334
Atualização da RAP	9.162
Recebimentos	(6.814)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2021	90.348
Atualização financeira	15.331
Recebimentos	(7.654)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2022	98.025
Atualização financeira	10.711
Adições	12.674
Recebimentos	(8.490)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2023	112.920

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	2023	2022	2021
Circulante (a)	8.701	8.371	7.492
Não Circulante (a)	104.219	89.654	82.856
	112.920	98.025	90.348

a) Contrato de Concessão nº 006/2011

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Política contábil

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) construção e melhoria de infraestrutura e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Concessionárias e permissionárias.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Estimativas e julgamentos

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

7. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2023	2022	2021
Passivo circulante			
Reserva Global de Reversão - RGR	834	380	128
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1	1	4
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (a)	11	11	11
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (a)	109	227	214
CDE sobre P&D (a)	(10)	(10)	-
	945	609	357

	2023	2022	2021
Passivo Não circulante			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	24	-	-
	24	-	-
	969	609	357

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022	2021
Circulante			
Cofins	48	55	-
PIS/Pasep	10	12	-
INSS	129	107	-
Outros	6	5	-
	193	179	-
Não circulante			
Pis/Pasep e Cofins	10.445	8.867	8.067
	10.445	8.867	8.067
TOTAL	10.638	9.046	8.067

O saldo dos impostos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$10.445 mil (8.867 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 8.067 mil em 31 de dezembro de 2021).

9. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	2023	2022	2021
Não circulante			
Imposto de renda			
Compensação crédito tributário ativo	(661)	(1.087)	-
Ativo de contrato	17.600	16.132	12.958
Contribuição social			
Compensação crédito tributário ativo	(223)	(375)	-
Ativo de contrato	6.337	5.807	4.643
TOTAL	23.053	20.477	17.601

	2023		2022		2021	
Ativo Diferido	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(661)	(222)	(1.087)	(375)	-	-
Outros	-	(1)	-	-	-	-

	(661)	(223)	(1.087)	(375)	-	-
Passivo Diferido						
Ativo de contrato	17.600	6.337	16.132	5.807	12.958	4.643
TOTAL	16.939	6.114	15.045	5.432	12.958	4.643

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2023	2022	2021
Lucro antes dos impostos	11.556	14.002	12.946
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	3.905	4.738	4.402
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	335
Outros	1	-	24
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	3.906	4.738	4.761
Alíquota efetiva	34%	34%	34%
Corrente	1.329	310	847
Diferido	2.576	4.428	3.914

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto no seguinte caso:

Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito é de R\$36.857 mil dividido em 36.857.080 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2022, R\$36.857 mil dividido em 36.857.000 ações ordinária e em 31 de dezembro de 2021, R\$36.857 mil dividido em 36.857.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2023, 2022 e 2021 foi feito conforme abaixo:

	2023	2022	2021
Dividendos obrigatórios			
Resultado do exercício	7.651	9.264	8.185
Reserva legal	(383)	(463)	(409)
	7.268	8.801	7.776
Dividendos propostos			
Reserva de retenção de lucros	-	(8.801)	-
Dividendos obrigatórios	(3.634)	-	(1.944)
Dividendos adicionais propostos	(3.634)	-	(5.832)
Total dos dividendos	7.268	8.801	7.776

c) Reservas

Reserva de Lucros

O saldo da conta de reservas de lucros é demonstrado como segue:

Reservas de lucros	2023	2022	2021
Reserva legal	2.055	1.672	1.209
Retenção de lucros	23.839	20.205	17.236
	25.894	21.877	18.445

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em 2022, em reserva especial, parte do lucro líquido, no montante de R\$4.401 mil, a ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Reserva para investimento

Nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em 2022, parcela do lucro líquido do exercício, no montante de R\$4.400 mil para ser aplicado em reserva para investimento. Para 2023 foi destinado R\$ 3.364 mil para ser aplicado em reserva para investimento.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 23 de dezembro de 2021, a totalidade das ações nominativas da Companhia foi adquirida pela CEMIG Holding e em 30 de dezembro de 2021, o novo acionista aportou R\$ 6.972 mil (sem a emissão de novas ações nominativas), com o objetivo de liquidar os financiamentos desta contraídos junto ao BNDES. O novo acionista aportou em 2022, o

valor de R\$7.000 mil. O referido AFAC, aportado em caixa, possui natureza irrevogável e irretratável, não sendo passível de devolução aos acionistas da Companhia.

e) Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$7.651 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$383 para constituição de reserva legal;
- R\$3.634 para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$3.634 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Sete Lagoas, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$3.634 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$3.634 mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos.

Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Companhia será realizada conforme a seguir:

Companhia	Lucro Líquido 2023	Reserva Legal (5%)	Distribuição do Resultado	
			Reserva Especial (ref. ao Div. Mín. Obrigatório)	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
Sete Lagoas	7.651	383	3.634	3.634

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$9.264, seja dada a seguinte destinação:

- R\$463 para constituição de reserva legal;
- R\$4.401 para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$4.400 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Sete Lagoas, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$4.400 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$4.401 mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos.

Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Companhia será realizada conforme a seguir:

Companhia	Lucro Líquido 2022	Reserva Legal (5%)	Distribuição do Resultado	
			Reserva Especial (ref. ao Div. Mín. Obrigatório)	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
Sete Lagoas	9.264	463	4.400	4.401

f) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.745
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2021	(1.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.801
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	3.634
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.435

g) Pagamento de dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2021	1.944
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2021	5.832
	7.776

11. RECEITA

	2023	2022	2021
Remuneração do ativo contratual	10.711	15.331	16.132
Receita de Construção	12.674	-	-
Receita de uso da rede	1.458	1.241	1.334
Outras receitas/Ajuste de revisão tarifária	-	-	196
Deduções à receita operacional (a)	(3.326)	(2.117)	(1.994)
Receita operacional líquida	21.517	14.455	15.668

(a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022	2021
PIS/Pasep e Cofins	(2.498)	(1.537)	(1.656)
Reserva Global de Reversão – RGR	(711)	(471)	(253)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(23)	(25)	(18)
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(34)	(31)	(27)

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(33)	(30)	(13)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	(16)	(15)	(27)
CDE sobre P&D	(11)	(8)	-
Total das deduções	(3.326)	(2.117)	(1.994)

(a) Receita de Concessão de Transmissão

	2023			2022			2021		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total
Receita Anual Permitida (RAP)	12.674	-	12.674	-	2.777	2.777	-	17.662	17.662
Custos de concessão de transmissão	(9.000)	(1.928)	(10.928)	-	(1.460)	(1.460)	-	(10.967)	(10.967)
Margem	3.674	(1.928)	1.746	-	1.317	1.317	-	6.695	6.695
Mark-up (%)	(40,82)	100%	(15,98)	-	(90,21%)	(90,21%)	-	(61,05%)	(61,05%)

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- **Receitas de construção:** correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- **Receita de operação e manutenção:** correspondem à obrigação de performance relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- **Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão:** corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada

autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.

Estimativas e julgamentos

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

12. CUSTOS E DESPESAS

Custos e despesas

	2023	2022	2021
Serviços de terceiros (a)	(1.344)	(1.215)	(1.593)
Pessoal	(412)	(161)	-
Custos de construção	(9.000)	-	-
Materiais	(131)	-	-
Outros custos	(41)	(84)	(91)
	(10.928)	(1.460)	(1.684)

Custos totais	(10.398)	(1.110)	(1.684)
Despesa operacional	(530)	(350)	(228)
TOTAL	(10.928)	(1.460)	(1.912)

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas e Outras despesas gerais		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Serviços de terceiros (a)	1.264	1.026	80	189	1.344	1.215
Provisões (reversões)	2	-	-	-	2	-
Material	131	-	-	-	131	-
Custos de Construção	9.000	4	-	-	9.000	4
Outros custos e despesas operacionais	1	80	38	-	39	80
Pessoal	-	-	412	161	412	161
TOTAL	10.398	1.110	530	350	10.928	1.460

a) Serviços de terceiros

	2023	2022	2021
Operação e manutenção	934	883	1.252
Conservação e Limpeza de Prédios	301	122	-
Tecnologia da Informação	80	36	103
Meio Ambiente	-	-	47
Auditoria Externa	-	30	102
Comunicação	-	-	44
Outros	29	144	45
TOTAL	1.344	1.215	1.593

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022	2021
Receitas financeiras			
Renda de aplicação financeira	1.028	1.097	215
Outras receitas financeiras	-	-	19
	1.028	1.097	234
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(1.046)
Outras despesas financeiras	(61)	(90)	-
	(61)	(90)	(1.046)
Resultado financeiro	967	1.007	(812)

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição	295	282	-	-	2.602	2.104	-	-
Encargos de transmissão								
Norte Energia	-	-	-	-	97	-	-	-
Aliança Energia	-	-	-	-	3	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	16	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	4.988	3.636	-	-

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	157	156	-	-	(466)	(195)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	68	64	-	-	(934)	(809)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	7.435	3.801	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a distribuição dos Dividendos no total de R\$ 3.634 mil em 2023 e R\$ 1.944 mil em 2021. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 10.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.187	988	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.606	5.861	-	-	129	295	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	22	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Em 31 de dezembro de 2021, as transações de partes relacionadas divulgadas nas demonstrações financeiras preparadas pelo antigo acionista, Cobra Brasil, se referiam todas as transações com a Companhia Energética de Minas Gerais nas seguintes rubricas e montantes: (i) contas a receber de R\$496; (ii) adiantamentos de R\$165; (iii) dividendos mínimos obrigatórios de R\$5.745; e (iv) adiantamento para futuro aumento de capital de R\$6.972.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	62	6
Participação nos resultados	14	2
Previdência privada	2	1
Total (1)	78	9

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve despesa com a remuneração dos administradores na Companhia. A remuneração foi realizada pelo ex-acionista, Cobra Brasil.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos							
Custo amortizado (1)							
Concessionárias e permissionárias		740	740	871	871	853	853
Títulos e valores mobiliários		-	-	5.239	5.239	-	-
Depósitos vinculados		-	-	-	-	-	-
		740	740	6.110	6.110	853	853
Valor justo por meio do resultado							
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	1.845	1.845	988	988	155	155
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	707	707
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	249	249	644	644	-	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	1.606	1.606	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	724	724	-	-	-	-
Debêntures		28	28	-	-	-	-
		4.452	4.452	1.632	1.632	862	862
		5.192	5.192	7.742	7.742	1.715	1.715
Passivos							
Custo amortizado (1)							
Fornecedores		(591)	(591)	(143)	(143)	(165)	(165)
		(591)	(591)	(143)	(143)	(165)	(165)

(1) Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 os saldos contábeis se aproximam dos valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023, 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a

hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores (2023)	591	-	-	-	-	591
Fornecedores (2022)	143	-	-	-	-	143
	734	-	-	-	-	734

Riscos regulatórios

A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31-12-2022 e 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à suas aprovações pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2024.

Douglas Augusto Oliveira Cabido, Conselheiro

João Alan Haddad, Conselheiro

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro